

OPERAÇÃO CONTENÇÃO

Pressão para tornar CV e PCC terroristas

Governadores de oposição se reúnem, hoje, com o do Rio de Janeiro. Ideia é formar frente para articular a aprovação de PL que dá novo enquadramento às facções

» FABIO GRECCHI
» VICTOR CORREIA

Depois de um encontro virtual, ontem, os governadores de oposição vão hoje ao Rio de Janeiro reunir-se com Cláudio Castro e, pessoalmente, prestar solidariedade ao chefe do Executivo fluminense. A ideia é marcar posição contra o governo federal e deixar claro que apoiam incursões nos mesmo moldes da que foi realizada, na terça-feira, nos complexos do Alemão e da Penha contra integrantes do Comando Vermelho (CV), e cujo saldo foi a morte de 121 pessoas — quatro delas policiais.

A principal ausência será a do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que deve mandar como seu representante o vice-governador Felício Ramuth. A reunião está marcada para as 18h, no Palácio Guanabara, sede do governo fluminense.

Os oposicionistas devem seguir a sugestão do governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), para formar uma frente a fim de pressionar o Congresso a aprovar o projeto de lei que equipara as facções criminosas a grupos terroristas. O Palácio do Planalto é contrário à proposta por enxergar na atuação do CV e do Primeiro Comando da Capital (PCC) — as duas maiores organizações criminosas do país — apenas motivação financeira, não tendo qualquer conexão ideológica ou política.

Para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a melhor alternativa seria a aprovação da Proposta de Emenda à Constitucional (PEC) da Segurança Pública, que tramita desde abril no Congresso. Os governadores de oposição, porém, rejeitam a PEC por considerarem que perdem poder sobre as polícias — crimes interestaduais ficariam sob a coordenação da Polícia Federal (PF).

Os governadores de oposição têm como respaldo à tese de classificar o PCC e o CV como terroristas uma reunião, em maio, entre membros do governo Trump e do Ministério da Justiça e Segurança Pública. A pasta, porém, rechaçou a sondagem dos norte-americanos,

Roberto Zacarias/Secom/Governo de SC



Jorginho coordenará o movimento de apoio a Castro, que pretende atuar em paralelo ao governo federal

» TSE julga ação que pode cassar mandato

O Tribunal Superior Eleitoral marcou para a próxima terça-feira o julgamento de uma ação que pode levar à cassação do governador Cláudio Castro, do Rio de Janeiro. A data foi marcada pela ministra Cármen Lúcia, presidente da Corte, após liberação do caso pela relatora da ação, ministra Isabel Gallotti. Há, porém, a possibilidade de que o processo seja paralisado devido a um pedido de vistas de algum dos integrantes do TSE. A Procuradoria-Geral Eleitoral defendeu a cassação de Castro, no ano passado, por abuso de poder político e econômico, com o financiamento de projetos e programas da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2022.

que pediram tal categorização para as duas facções.

Conforme fontes do ministério, a comitiva liderada por David Gamble, coordenador para Sanções do governo Trump, alegou que a legislação dos Estados Unidos permitiria sanções mais pesadas contra o PCC e o CV se fossem enquadradas como terroristas. Os enviados de Washington argumentaram, ainda, que o FBI (a Polícia Federal dos EUA) tinha conhecimento da presença das duas facções em 12 estados, entre eles Nova York, Flórida, Nova Jersey, Massachusetts, Connecticut e Tennessee.

As organizações criminosas têm usado o território norte-americano para lavar dinheiro, por meio de brasileiros que viajam ao país, de acordo com os membros da comitiva de Trump. Eles citaram que 113 supostos turistas tiveram visto negado pela Embaixada dos EUA, em Brasília, por terem sido identificados como ligados às duas organizações criminosas.

Reforço e ajuda

No encontro de ontem, os governadores de oposição discutiram, também, formas de apoiar o

governo fluminense no campo político e operacional. Entre as medidas em análise estão o compartilhamento de informações de inteligência, o envio de equipamentos de segurança e o reforço em operações conjuntas entre os estados para o combate ao crime organizado. O secretário de segurança de São Paulo, Guilherme Derrite, sugeriu até mesmo que policiais paulistas atuassem nas operações no Rio de Janeiro — Tarcísio, porém, não tomou decisão a respeito.

Segundo Cláudio Castro, que participou do encontro virtual, foi uma reunião de “solidariedade” e de apoio à operação no Rio. “O assunto foi 100% o Rio de Janeiro e lideranças criminosas que estão no estado. Eles acreditam que a solução do problema passa pelo Rio de Janeiro”, explicou.

O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), foi designado articulador do movimento. “Nossa proposta é que os governos cedam homens de suas polícias, tanto na área de inteligência quanto no efetivo, para auxiliar o Rio de Janeiro neste momento. O combate ao crime organizado não pode ter fronteiras. É uma responsabilidade de todos”, afirmou Mello. **(Com Agência Estado)**

Culpado está no Guanabara

Levantamento da AP Exata mostra que a maioria das mensagens de usuários de redes sociais responsabiliza Cláudio Castro pela falência da segurança pública no Rio de Janeiro e desaprovam a megaoperação policial. Segundo o estudo, 63,4% dos internautas apontam o governador como responsável pela crise, enquanto 29,7% atribuem a responsabilidade ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em relação à operação contra o Comando Vermelho (CV), as opiniões estão divididas: 53,2% desaprovam e 46,8% aprovam. A AP Exata analisou 62 mil publicações no Instagram e no X (antigo Twitter), entre às 9h de terça e às 10h de ontem.

Sergio Denicoli, CEO da AP Exata, avalia que, embora setores da direita tentem associar Lula à crise, o discurso não tem adesão, pois a população compreende que o tema é de responsabilidade dos governadores. Ele mostra que o governo federal vence, por ora, a disputa de narrativas.

A análise aponta que a versão predominante (45,8%) descreve a operação como uma “chacina” baseada numa política de extermínio de negros, pobres e moradores de favelas. No extremo oposto, 41,2% das publicações defendem que o Rio vive um “estado de guerra” e que é necessária uma política de “tolerância zero” contra o crime.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



Cláudio Castro promove necropolítica com conceito de “narcoterrorismo”

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, rompeu de forma explícita com os paradigmas de segurança pública estabelecidos pela Constituição de 1988. Ao comentar a Operação Contenção, deflagrada no Complexo do Alemão e da Penha — a mais letal da história do estado, com 121 mortos —, Castro sintetizou os resultados do conceito de narcoterrorismo: “Temos muita tranquilidade de defendermos tudo que fizemos ontem. Queria me solidarizar com as famílias dos quatro guerreiros que deram a vida para salvar a população. De vítima, ontem, lá, só tivemos esses policiais.”

A frase é mais que uma defesa corporativa. Ao tratar os mortos como “narcoterroristas”, Castro inaugura no Brasil uma retórica que substitui a segurança pública pela lógica da guerra interna. Em nome da “defesa da população”, o Estado reivindica o poder de decidir quais vidas são protegidas e quais podem ser eliminadas. A operação de “cerco e aniquilamento”, do ponto de vista militar, foi bem-sucedida. Mas não desarticula o tráfico de drogas nem recupera o território, porque a violência volta à “normalidade” e, geralmente, as milícias ocupam o espaço dos traficantes no controle da economia informal.

O uso do termo “narcoterrorista” desloca o problema do crime do âmbito penal para campo da segurança nacional. É uma palavra importada da doutrina norte-americana da “narcoguerra”, usada na Colômbia e no México para justificar o emprego das Forças Armadas e a suspensão de garantias legais. Quando Castro adota esse enquadramento, ele rompe a fronteira entre direito e exceção. A favela deixa de ser território civil e passa a ser tratada como teatro de operações militares. A consequência imediata é a militarização ampliada da política de segurança, legitimando mortes em massa e esvaziando o controle judicial.

O conceito de “narcoterrorismo” não existe no ordenamento jurídico brasileiro. Seu uso político é uma manobra simbólica, que transforma o criminoso em inimigo absoluto e o Estado em autoridade soberana sobre a vida e a morte. Obviamente, é uma ruptura de acordo com o ideário da extrema-direita brasileira, que Cláudio Castro (PL) representa. Trata-se, como aponta o sociólogo Pedro Cláudio Cunha Bocayuva Cunha, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), de uma forma de necropolítica: “O governo da morte como instrumento de poder”.

Segundo Bocayuva, conceitualmente, a necropolítica é o regime em que “o medo e a crueldade se tornam dispositivos de governo”. No caso do Rio, o “narcoterrorismo” fornece a gramática perfeita para que o governo adote a violência extrema nos confrontos com os traficantes, num contexto de guerra aberta na qual não há “suspeitos” nem “cidadãos em conflito com a lei”: são inimigos mesmo, que precisam ser fisicamente eliminados, em confrontos diretos e, muitas vezes, execuções sumárias. Com amplo apoio popular, é uma forma de combate que elimina qualquer possibilidade de direito.

Cartografia da morte

O balanço da Defensoria Pública do Rio de Janeiro não deixa dúvida do êxito da operação, do ponto de vista da letalidade: 117 civis mortos para quatro agentes do Estado. Para o governador, só há quatro vítimas — os policiais. As outras mortes são tratadas como estatísticas colaterais, sem direitos a serem preservados. É a tradução literal da necropolítica: o Estado não apenas mata, mas escolhe quem merece ser chorado.

Bocayuva chama isso de “cartografia da morte” — uma geografia social em que o território periférico e o corpo negro são administrados como zonas de exceção. A militarização urbana, a naturalização da crueldade e a ausência de políticas de memória e reparação formam o tripé desse poder necropolítico.

Enquanto Castro exibia orgulho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reagiu com perplexidade e indignação. Em viagem oficial ao Sudeste Asiático, foi informado da operação apenas ao retornar ao Brasil. Reuniu-se de emergência com seus ministros, “estarrecido” com o número de mortos e com o fato de o governo federal não ter sido avisado. O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, foi enviado ao Rio para acompanhar a crise e cobrar explicações.

O contraste entre o discurso de Castro e a reação de Lula simboliza duas concepções opostas de Estado: uma que se ancora na lógica da exceção, outra na Constituição de 1988. Quando o governador diz “ou soma no combate à criminalidade ou suma”, ele não apenas desafia o governo federal — nega a própria ideia de política como espaço de mediação, substituindo o diálogo pela força. Por óbvio, não faz isso por acaso.

Há uma disputa no imaginário da sociedade pela bandeira de ordem, que o governo federal tenta recuperar com a PEC do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e a nova Lei das Facções, que endurece as penas para os chefes do tráfico, ambas encalhadas na Câmara por pressão dos governadores de oposição, entre os quais Castro.

Na teoria de Achille Mbembe, autor do conceito, a necropolítica define o poder soberano como aquele que decide “quem deve morrer e quem pode viver”. No Rio, Cláudio Castro assumiu essa prerrogativa de modo explícito, revestido de legitimidade moral e linguagem popular. O “narcoterrorista” é um ser fora da lei, cuja eliminação é um ato heroico e patriótico, onde as favelas e comunidades periféricas se confundem com o campo de batalha. É o mesmo mecanismo simbólico que sustentou a guerra suja na Colômbia e a guerra perdida no México.